

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ELIENE FRANCISCA DA SILVA
LUCILAYNE MENDONÇA DE ALMEIDA

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR:
AVANÇOS E DESAFIOS

MACEIÓ
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA

ELIENE FRANCISCA DA SILVA
LUCILAYNE MENDONÇA DE ALMEIDA

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR:
AVANÇOS E DESAFIOS**

Artigo científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Orientador/a: Sara Ingrid Borba

MACEIÓ
2019

ELIENE FRANCISCA DA SILVA
LUCILAYNE MENDONÇA DE ALMEIDA

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO
SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia a distância do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador(a):

Artigo Científico defendido e aprovado em: ____ / ____ / ____.

Comissão Examinadora

Lara Ingrid Borba

Examinador/a 1 – Orientador

Odaléia Feitosa Vidal

Examinador/a 2

Rose Mabelena Pereira da Silva

Examinador/a 3

Maceió
2020

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS

Eliene Francisca da Silva¹

Lucilayne Mendonça de Almeida

Sara Ingrid Borba²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo ressaltar aspectos acerca da inclusão de pessoas com Deficiências no Ensino Superior, procurando perceber os meios de acessibilidade e permanência, fundamentadas na Política da Educação Especial. O qual está pautado numa política de justiça e igualdade social, permitindo assim, a abertura de espaços cada vez mais significativos tanto na educação básica, quanto na educação em nível superior, gerando oportunidades para a inserção dos alunos que apresentem alguma deficiência. O presente trabalho se caracterizou bibliográfico, por ser desenvolvido a partir de documentos sobre o tema. Teve como fundamentação documentos oficiais sobre as políticas públicas através de obras de autores como: Pimentel (2013), Rogalski (2010), Lima (2013), Silva (2009), entre outros, onde os quais objetivaram encontrar as respostas e soluções sobre o ingresso das pessoas com deficiência no Ensino Superior. Para tanto este trabalho traz um breve histórico da Educação Especial no Brasil, refletindo sobre os caminhos percorridos para os avanços alcançados ao longo do tempo. Em seguida, refletimos sobre as políticas públicas, fator indispensável para a abertura dos espaços educativos inclusivos de que realmente a sociedade necessita. E por fim, tecemos algumas considerações relativas à inclusão dos estudantes no Ensino Superior evidenciando assim, avanços e desafios vivenciados pela educação especial neste contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Igualdade. Inclusão. Justiça

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial, modalidade de ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases vigente (LDBEN, nº 9394/96), percorreu um longo caminho entre lutas e desafios até alcançar o espaço que temos visualizado na contemporaneidade, espaço este ainda repleto de lacunas e, sobretudo desafios a serem diariamente suplantados.

¹ Graduando do curso de pedagogia, modalidade EaD pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, pólo Palmeira dos Índios - Alagoas

² Professora orientadora – Pedagoga, Profa Ma. Em Educação Comunicação e Cultura -UFPB

Para isso, as escolas têm buscado (mesmo que lentamente), dentro de uma política inclusiva e pautada na inserção dos sujeitos independente de suas habilidades ou dificuldades, a adequação da estrutura física e formação docente para atender um público muito específico, a saber: alunos com deficiência.

Mas, nem sempre as escolas foram assim:

Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio. (FRIAS E MENEZES, 2008, p. 9).

Desafio é a palavra que legitima a situação da educação especial e nosso desafio e estabelecer condições que perpassem a barreira da discriminação, além do investimento materializado, pois é de suma importância a adequação do ambiente educativo para atender este público tão específico.

Esta adequação torna-se primordial no tocante ao atendimento a modalidade de ensino em debate, visto que há disparidade entre os alunos tratados como “pessoas normais e/ou com deficiência obviamente compreendidos, o que talvez não seja um atraso educativo e sim um atraso na efetivação das políticas públicas nos currículos, tão marcado na sociedade brasileira”.

Quando nos referimos à adequação estamos tratando de um conjunto de ações que efetivamente possibilitam os processos de inclusão na vida das pessoas com as quais já enfrentam inúmeras dificuldades em seu cotidiano.

Se outrora, (num passado bem presente), esses sujeitos viviam reclusos, sem expectativas de ao menos frequentarem uma escola regular, por situações tão adversas como a ausência de uma estrutura física adequada das escolas, de uma política de permanência com aplicabilidade direta nos setores de interesse social, além da formação continuada de professores, e este último um dos pontos bastante relevantes, pois legitima o processo de ensino-aprendizagem, temos visto uma melhoria bastante significativa. É importante ressaltar que:

A partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o MEC tem implantado um conjunto de programas e ações para formação da política de educação inclusiva. São ações com esse propósito: Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na

Educação Especial e Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível, que visa à adaptação arquitetônica das escolas; Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, de formação de multiplicadores para a transformação de sistemas educacionais comuns em sistemas inclusivos; Programa Incluir, para acesso às instituições federais de ensino superior aos alunos com deficiências. (KASSAR, 2011, p. 9).

E são exatamente os programas e ações supracitados que promovem o desenvolvimento educacional, não apenas da perspectiva inclusiva, mas da educação de maneira generalizada, pois as escolas, bem como a sociedade, são contempladas com investimentos, melhorando assim, a vida dos discentes, uma vez que esses adentrando no universo escolar terão a possibilidade de desenvolver-se cognitivamente, saindo do chamado “mundo da ignorância”, melhorando também a sua autoestima, tornando-o, dentro de sua especificidade, um cidadão crítico e reflexivo. Pois,

Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel. Para tanto, não basta o aumento das matrículas em escolas comuns e em classes especiais, pois mesmo sendo satisfatórios os dados quantitativos, eles não substituem o atendimento especializado a esses alunos. (BARRETA E CANAN, 2012, p. 7).

Neste sentido, as políticas públicas são essenciais para garantir a melhoria da sociedade, desde que sejam executadas com responsabilidade. Não basta simplesmente incluir, é necessário atentar para o respeito à diversidade.

O presente trabalho se caracterizou bibliográfico, por ser desenvolvido a partir de materiais elaborados e publicados por inúmeros autores escolhidos para ajudar na elaboração do mesmo a partir da questão que objetivou-se suscitar reflexões sobre o tema. A fundamentação foi a partir de documentos oficiais sobre as políticas públicas através de obras de autores como: Pimentel (2013), Rogalski (2010), Lima (2013), Silva (2009), entre outros. Para tanto os mesmos objetivaram encontrar as respostas e soluções sobre o ingresso das pessoas com deficiência no Ensino Superior.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Antes de tecermos considerações a respeito da história da Educação Especial no Brasil, refletiremos um pouco sobre a concepção de deficiência fazendo referência direta às pessoas com deficiência, quer seja intelectual, auditiva, visual, motora, física ou até mesmo superdotação.

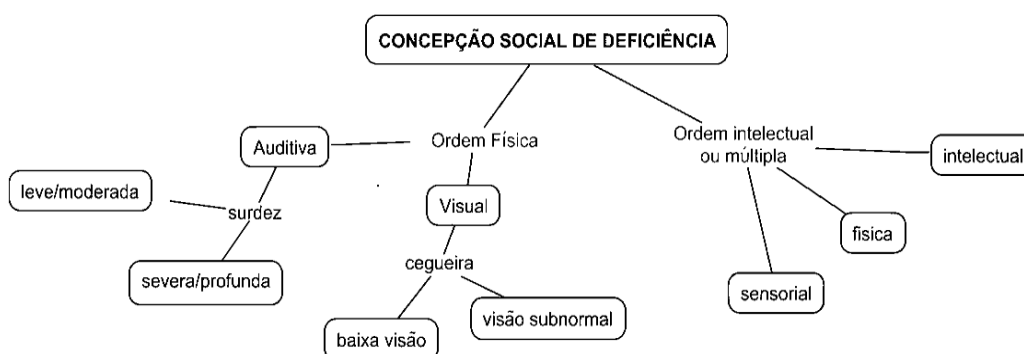
Neste sentido, a concepção de deficiência pela abordagem clínica está explicitada na seguinte definição:

A deficiência a um problema físico/orgânico, que traz limitações sociais, colocando quem a possui numa condição diferente no exercício dos seus direitos. A partir da idade moderna esta concepção passou a exercer forte influência na forma de se conceber a deficiência, que na idade antiga era considerada como algo necessário de ser abolido através da morte, por infanticídio, das crianças que apresentavam esta condição ao nascer e na idade média era concebida como resultado de ações demoníacas ou uma condição passível de receber assistência. (PIMENTEL, 2013, p. 8).

Essas limitações físicas ou cognitivas produziram ao longo da história, a reclusão social dos indivíduos, uma vez que há muitas especificidades a serem consideradas quando nos referimos à educação especial inclusiva.

É evidente que os gargalos que norteiam a educação especial e inclusiva ainda são grandes obstáculos para as instituições educativas. Mesmo com todo o esforço para promover a inserção de alunos com deficiências, as políticas educacionais andam a passos lentos e tímidos.

Concepção social de deficiência, associada a causas orgânicas:



Fonte: Pimentel (2013, p. 8)

Ao considerarmos as deficiências apresentadas acima, visualizamos imediatamente os limites e possibilidades dos sujeitos que apresentam alguma deficiência. Por este motivo, desejar uma “educação para todos”, sem contemplar a todos, invalida todo esse discurso.

Refletiremos brevemente sobre os caminhos percorridos pela educação especial.

Então, a contextualização da Educação Especial desde a antiguidade até os dias atuais foi de fundamental importância para o desenvolvimento da escola inclusiva, pautada na inserção de alunos com certas deficiências de ordem física, ou cognitiva, é o que Rogalski (2010, p. 2) esclarece:

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No segundo império brasileiro, sob a ordem de D. Pedro II, o atendimento às pessoas com deficiência ganhou espaço com o surgimento de duas entidades: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje denominado IBC - Instituto Benjamin Constant, e três anos depois, o Instituto dos Surdos Mudo (1857), atualmente conhecido como INES – Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Ambas as instituições estão situadas no Rio de Janeiro.



Figura 1: Antigo Instituto de Meninos Cegos, RJ¹



Figura 2: Antigo Instituto de Surdos-Mudos, RJ. ²

Destaca-se ainda no século XX, por volta de 1926, à criação do Instituto Pestalozzi com visão especializada no acompanhamento e atendimento às pessoas com alguma deficiência mental.

A criação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), em 1954, desencadeou um aumento considerável no montante de escolas destinadas às pessoas com deficiências, isto significou no Brasil avanços muito representativos no âmbito da educação inclusiva. Rogalski (2010).

A partir da década de 1970 é que de fato no Brasil vislumbrou-se uma corrente de pensamentos voltados a debater, pleitear, argumentar e defender as interrogações voltadas à educação especial inclusiva. Neste mesmo período, a luta pelo intermédio social a inserção de pessoas com deficiência passou a ser debatida mais claramente e com perspicácia de futuro melhor para a educação especial inclusiva, porém, estudos evidenciam que só por volta dos anos 1980 é que se acirrou a luta pelos direitos das pessoas com deficiências, como afirma

¹ <http://www.ibc.gov.br/>

² <http://riodejaneirodehontem.blogspot.com>.

Silva (2009, p. 6): “A década de 1980 foi marcada pela promoção de muitos encontros e congressos internacionais no intuito de mobilizar os países a reestruturarem suas políticas em prol da inserção dos deficientes na esfera social”.

Ocorreu em nosso país, a criação das primeiras instituições inclusivas públicas e privadas, atendendo a demanda, mas, compreendemos bem que todos os avanços conquistados neste país se sucederam por meio de muitos entraves políticos e, sociais, bem como a educação especial. “A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes, começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB9394/96”. (ROGALSKI, 2010, p.3)

Compreendemos assim que a Declaração de Salamanca (1994) é o ponto mais forte e marcante da marcha pela Educação especial e inclusiva, educação esta já contemplada pela Constituição Federal de 1988, e assim, consolidado às leis favoráveis aos deficientes no Brasil com a vigente LDBEN.

A educação inclusiva está pautada numa política de justiça e igualdade social que contempla alunos com alguma deficiência, bem como se lê no texto da Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17,18).

Não só pelas crianças, mas partindo de uma visão mais generalizada, a escola deve estar preparada para atender a todos os sujeitos, com as mais diversas particularidades. Esta Declaração enfatiza a inserção da criança provavelmente porque a educação formal inicia-se na infância, e vai alcançando os níveis ou modalidades necessárias para a aquisição do conhecimento, do saber científico e do pensamento crítico.

Mas, sob a perspectiva da Declaração de Salamanca (1994), o sistema educacional brasileiro mais do que nunca deverá preparar-se para atender a nova demanda da sociedade, e isso interfere diretamente na formação inicial e continuada dos professores e demais educadores, para assim visualizarmos esta necessidade e caminharmos a favor da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão de pessoas com deficiência, “seja mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento” (ROGALSKI, 2010, p. 3) que, de alguma forma, são excluídas das atividades regulares, e a escola tem a missão de incluir essas pessoas no seio da sociedade.

A Educação Especial Inclusiva traz grandes questionamentos sobre a estrutura das escolas, buscando agregar as políticas públicas para a promoção de uma educação justa, igualitária e qualitativa.

Convém ressaltar que a sociedade não para. Diante do exposto faz-se necessário um breve histórico da condição das pessoas com deficiências no contexto social, ao longo do tempo. A sociedade também deve ser entendida, levando em consideração o contexto sócio-histórico-econômico, para, assim, compreender as intenções relativas à inclusão das pessoas com tais deficiências.

Considerando-se que o ato educativo, além de pedagógico, é eminentemente político. É preciso elevar a capacidade crítica de todos os professores de modo a perceberem que a escola, como instituição social, está inserida em contextos de injustiças e de desigualdades que precisam ser modificados. (ROGALSKI, 2010, p. 11).

Quando a autora cita contextos de injustiças e desigualdades, nos remete a questão da própria educação especial inclusiva, uma vez que tantos alunos neste país viviam ou ainda vivem sem condições de frequentar espaços educativos próprios, ou adaptados.

É perceptível em casos mais amplificados, a manutenção de uma estrutura administrativa dissociada dos interesses daqueles que estão à margem da sociedade, seja sob qualquer esfera, (universitária, municipal, escolar ou mesmo comunitário), nos impedindo de dar saltos qualitativos capazes de modificar esta situação.

Remetendo-se a inclusão de alunos com deficiências no Ensino Superior, destacamos a seguinte fala de Calheiros e Fume (2011, p. 6): “Incluímos o direito das pessoas com deficiência não só frequentarem os espaços educacionais das instituições de ensino superior, mas que também tenham toda uma equiparação de oportunidades”. Desse modo, vale ressaltar que para os alunos com deficiências, as escolas devem oferecer espaços adequados e pessoas preparadas para um bom desenvolvimento como garantia de acesso e permanência dos mesmos.

Com o advento da democratização escolar, vivenciamos ainda o paradoxo de inserção/exclusão quando nos referimos ao acesso a níveis mais elevados de educação, e mesmo assim, é possível perceber a exclusão. Então questionamos: Quantos sujeitos com deficiências estão matriculados ou ainda conseguem permanecer e concluir com êxito os estudos? Temos alguns avanços, porém ainda precisaremos caminhar muito.

Esse gargalo escancara os mecanismos de discriminação percebidos socialmente em detrimento das características pessoais, intelectuais, deficiência física, cultural, social, linguísticas, dentre outras bases estereotipadas.

Em 1988, a Constituição Federal (CF) definiu como uma de suas metas, no artigo 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o artigo 205 da mesma Constituição federal (CF) determina “a educação como um direito de todos, possibilitando ao indivíduo o direito à cidadania e o desenvolvimento e qualificação para o trabalho”. Sendo assim, vê-se que a Constituição Federal (CF) é um documento muito importante, pois, assegura o direito à educação especial aos com deficiências, nas escolas regulares, diminuindo a discriminação social.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, no ano de 1990, reforça e assegura ingresso e permanência de todos na escola, inclusive no âmbito universitário. Porém, vale ressaltar que a Declaração de Salamanca, um documento essencial para a Educação Especial, que de maneira mais específica retrata sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, em síntese defendem algumas questões, tais quais:

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1)

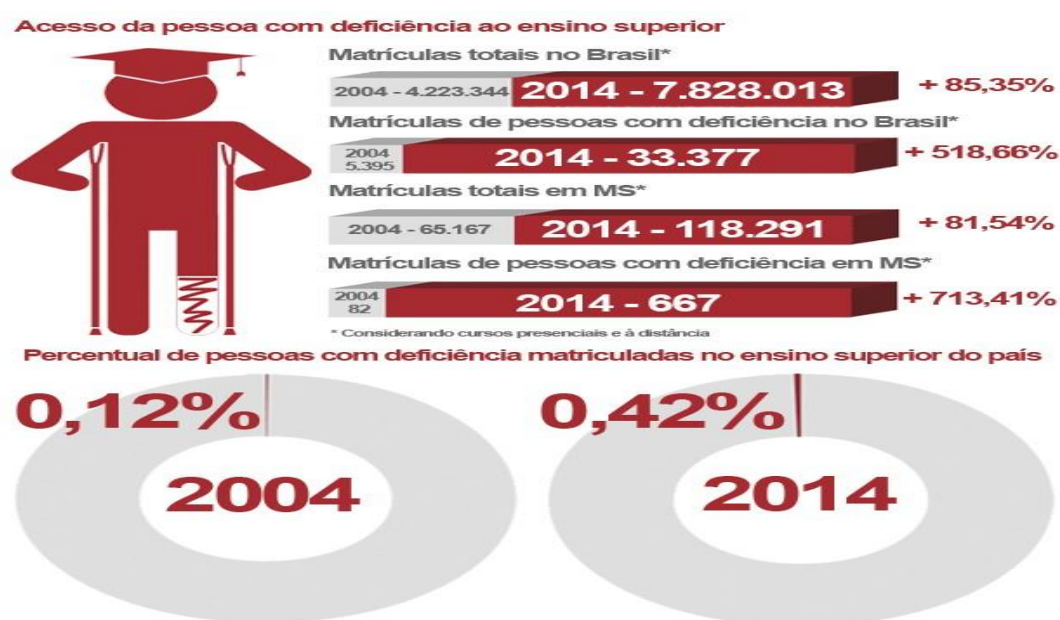
Deste modo, de acordo com a citação acima, vale ressaltar que no âmbito da inclusão, as políticas educacionais vêm sendo fundamentais no princípio da igualdade de direito entre as pessoas, com objetivo de educação de qualidade a todos sem alguma distinção, ou discriminação, de modo que suas diferenças individuais sejam respeitadas, a fim de que não lhes sejam garantidos apenas o acesso, como também a permanência nos estudos dos alunos até sua formação.

Lutamos por “uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 9). Sendo assim, as escolas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem, por fim, assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de um Currículo apropriado, arranjo organizacional, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade.

3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Adentraremos a discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no Ensino Superior. E para iniciar um dos pontos tão relevante deste trabalho, nós utilizaremos dados adquiridos em sites disponíveis na Internet evidenciando o quantitativo de estudantes que foram inseridos nos cursos de graduação no Brasil.

Segue abaixo, uma tabela com alguns dados, demonstrando os avanços obtidos ao longo da trajetória da inclusão no Brasil.



Conforme tabela acima, observa-se que apesar de tantos impasses para a modalidade, entende-se que é possível vermos um avanço muito significativo nas matrículas de estudantes com deficiências no Ensino Superior brasileiro. Isso demonstra que as lutas pela inclusão começam a dar seus resultados na medida em que as faculdades públicas e privadas, tem promovido a abertura de seus espaços para atender a demanda em discussão.

No gráfico a acima é possível identificarmos o aumento das matrículas de alunos com necessidades especiais no ensino superior, viabilizando formação a níveis mais elevados de escolarização. Isto representa sem dúvida, um grande avanço para a nossa sociedade.

Sendo assim, vale ressaltar que os dados mencionados representam conquistas fundamentais, apesar dos desafios iminentes, mas, sobretudo, há o reconhecimento da inclusão com a finalidade de valorizar a diversidade humana. Portanto, compreendemos que para este atendimento especializado, a formação de professores, a estrutura física das faculdades, bem como políticas institucionais de permanência e conclusão é muito importante, pois, não basta apenas incluir, se faz primordial garantir o sucesso desse alunado.

3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Falar de inclusão de pessoas com deficiências no Ensino Superior é olhar para os avanços e desafios que permeiam a nossa sociedade. São muitas as pedras que estão à frente das instituições educativas que para receber estes alunos precisam adequar-se a todas as exigências mínimas garantindo acessibilidade e incidindo nos aspectos da motivação desses estudantes.

Cada vez mais é crescente o número de alunos com necessidades especiais por deficiência que almeja e chega ao ensino superior (...) que antes lhes pareciam impossíveis. Cursos estes que além da dimensão teórica que os constituem, são marcados também pela dimensão de domínio das habilidades técnicas, que pode parecer na óptica docente e social, incompatível com algumas condições deste alunado. (LIMA, 2013, p. 24)

De acordo com os avanços observados nos dados acima das matrículas, percebe-se que tem aumentado muito ao longo dos anos tem aumentado muito.

Calheiros e Fume (2011) realizaram um estudo importantíssimo sobre o aluno com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, neste trabalho temos uma visão generalizada dos avanços e desafios das IES em relação à inclusão.



Fonte: Calheiros e Fume (2011, p. 3)

A formação de professores provavelmente seja um dos fatores mais relevantes, pois a adequação das práticas pedagógicas voltadas a atender a especificidade de cada aluno é desafiadora. Reorganizar metodologias e práticas que sejam capazes de contemplar a todos é primordial na profissão docente.

Por muitas vezes, esse aluno é tido como uma barreira, um empecilho que interfere nas aulas. Para alguns professores é quase impossível dedicar sua atenção a esse aluno com deficiência, já dito que para o professor universitário demanda perda de tempo e de planejamento da sua prática pedagógica que por muitas vezes se faz excludente. Segundo Vargas (2006) a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior parte do princípio de que a formação universitária é cada vez mais essencial para o desenvolvimento profissional e a obtenção do emprego.

Percebemos que o ingresso das pessoas com deficiências no Ensino Superior deve ser visto como uma oportunidade de inclusão e, sobretudo, uma forma de validar a capacidade, e a especificidade de cada um.

É necessário que esses discentes com necessidades especiais tenham a mesma oportunidade de permanecer no ambiente acadêmico, mas para isso é preciso que se corrijam as posturas distorcidas que vem se alastrado em todo espaço universitário.

Chahini e Silva (2007, p.1) reforçam essa ideia afirmando que:

A inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições de educação superior (IES) não representa concessão de privilégios, mas a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil devem considerar a inserção dos estudantes com deficiência como um processo natural inerente a educação, e que as possibilidades sejam equiparadas a dos demais estudantes, garantindo assim a acessibilidade.

As políticas públicas direcionadas a promover ações que sirvam de estímulo para a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior ainda carecem de prioridades, a questão não é apenas incluir, é essencial oportunizar a esses alunos a possibilidade de permanência e conclusão de seus cursos com aprendizagem significativa e efetiva atuação.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS

O que leva uma pessoa com deficiência, ou com alguma necessidade especial a querer adentrar no espaço universitário? A resposta é única: a busca pela qualificação profissional, assim como todos desejam. Há um bem comum que direciona a nossa sociedade.

Entende-se que ao querer ingressar no Ensino Superior cada indivíduo dentro de suas particularidades apresentam uma multiplicidade de valores, de crenças e de desejos na finalidade de crescer socialmente.

Incluir significa organizar e programar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas, sobretudo das barreiras atitudinais – aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (FERREIRA, 2007, p. 44)

Não é só a questão de incluir as pessoas com alguma deficiência no Ensino Superior, essa reflexão nos remete também a questão de fazê-los permanecer no curso escolhido e também lhes proporcionando êxito acadêmico. “Saibamos que a inclusão não é apenas uma questão de direitos educacionais negados aos alunos com deficiência, as situações de exclusão a que esses alunos são submetidos demandam ações decisivas.” (MANTOAN, 2005 p. 25)

Existe sim, de fato, um progresso das instituições escolares em busca de uma educação inclusiva, voltada aos verdadeiros valores democráticos, mesmo que diante de tantas barreiras, obstáculos que permeiam a educação especial no Brasil.

É possível percebermos os avanços da modalidade em todos os níveis, sobretudo no superior, a partir do momento em que o Ministério da Educação elucida com dados oficiais as matrículas feitas nas IES do Brasil. Com isso, observa-se que tivemos um grande avanço quanto à educação inclusiva. Entretanto, sabemos que mesmos com os avanços da inclusão de pessoas com deficiências nas Instituições Escolares, sabemos que ainda teremos muito que percorrer, pois a educação brasileira precisa avançar sob todos os aspectos, e em todos os níveis.

Ainda há a necessidade de avançarmos na parte estrutural das instituições e organizacional, com gestão democrática e demais aparatos políticos, e por fim a fixação de investimentos significativos nas universidades para a formação dos docentes com o intuito de romper com a estagnação das práticas educativas, dando abertura para as novas perspectivas da educação contemporânea e inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial inclusiva caminha por lutas e desafios constantes para alcançar o seu espaço. Possui o objetivo essencial de oportunizar a escolarização para os sujeitos que ainda vivem à margem de uma sociedade marcada pela discriminação, e pela valorização dos padrões considerados “normais” (físicos e intelectuais). (SILVA, 2009)

A partir do governo Lula, as políticas públicas para a educação brasileira passaram por mudanças que representaram muitas conquistas, mudanças estas

que viabilizaram melhorias na formação de professores para atender estudantes com deficiências, além de programas de inclusão e socialização.

Destacamos ainda o crescente número de alunos com deficiências matriculados nos cursos as Instituições de Ensino Superior durante estes últimos anos, frisamos ainda uma grande conquista em 2014, a criação do curso de Letras Libras em todas as Universidades Federais brasileiras, viabilizando diretamente alunos surdos, mas compreendemos que ainda temos muito que avançar.

As necessidades especiais apresentadas por determinados sujeitos podem ser físicas ou cognitivas, pontos já discutidos neste trabalho, por estas razões é que se faz necessário oportunizar abertura dos espaços educativos a fim de caminharmos para uma sociedade que busque diariamente a justiça e a igualdade de oportunidade (dentro de cada especificidade).

As propostas apresentadas pela nossa Constituição Federal (1988), pela Declaração de Salamanca (1994), e dos demais documentos legais para a educação especial representam alicerces essenciais para a concretização dos anseios de todos, integrando-os aos mais diversos contextos, atuando assim, como afirma Silva, (2009, p. 15), no “desenvolvimento das potencialidades, saberes, atitudes e competências de todos os alunos”.

A Educação Especial inclusiva caminha por lutas e desafios constantes para alcançar o seu espaço. A inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada a um sistema paralelo de educação e não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores devidos às suas particularidades, o que existe são diferenças que precisam ser superadas. Assim lançamos alguns tópicos conclusivos:

- ° não poderá haver inclusão sem discussão sobre as possibilidades e impossibilidades de acessibilidade;
- ° é importante manter o avanço de políticas públicas que garantam as condições para os processos de inclusão;
- ° o ambiente educacional deve promover garantias de acesso e permanência das pessoas com deficiência;
- ° é preciso ampliar e aprofundar o debate sobre a inclusão no ensino superior.

Portanto é tempo de avançarmos na educação, na comunidade em geral, pois, os pais, os grupos de pessoas com deficiências, os órgãos, os professores, os estudantes, enfim, todos precisam estar comprometidos com essa construção, para assim efetivarmos uma realidade educativa com ações inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARRETA, E. M; CANAN, S. R. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais. IX ANPED sul.** Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Disponível em:**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em jul. de 2016.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação **sobre necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1996.

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394 de 20 de dez. de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CALHEIROS, D. S; FUMES, N. L. F. **O(a) aluno(a) com deficiência nas instituições de ensino superior de Maceió/ AL.** In : Debates em Educação. Maceió, v. 3, n. 5, p. 63-81, jan/jun 2011.

CHAHINI, T. H. C.; SILVA, S. M. M. **Educação Superior: os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência auditiva em São Luís do Maranhão.** In: **XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte Nordeste/EPENN.** Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, pp. 01-09, 2007.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília v.13, n.1, p. 43-60, 2007.

FRIAS, E. M. A. MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular.** PDE-SEED/PR 2008/2009.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. Disponível em <http://www.abc.gov.br/>. Acesso em jun. de 2016.

KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LIMA, U. T. S. **Inclusão do aluno com deficiência no ensino superior em saúde nas universidades públicas do estado de Alagoas: atores, realidade e práticas.** Dissertação de Mestrado, UFAL, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **A hora da virada.** In: **Revista da Educação Especial, 2005.** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf> Acesso em agos. de 2016.

PIMENTEL, S. C. **Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB.** Cruz das Almas/BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013.

PORTAL DO MEC. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em agos. de 2016.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do surgimento da Educação Especial.** Revista de Educação do IDEAU, Alto Uruguai, 2010.

SILVA, L. M. G. **Educação especial e inclusão escolar sob a perspectiva legal.** Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

VARGAS, G. M. S. **A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica – prática de ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão.** Ponto de Vista, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006.